



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**INCLUSÃO SOCIAL NAS DIFERENTES PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DENTRO DA GEOGRAFIA**

ANA DELISE CLAICH CASSOL

Passo Fundo (RS) -Brasil

2010

INCLUSÃO SOCIAL NAS DIFERENTES PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DENTRO DA GEOGRAFIA

por

ANA DELISE CLAICH CASSOL

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**Passo Fundo (RS) - Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

**INCLUSÃO SOCIAL NAS DIFERENTES PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DENTRO DA GEOGRAFIA**

elaborado por

ANA DELISE CLAICH CASSOL

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

(Presidente/Orientador)

Passo Fundo, RS, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

INCLUSÃO SOCIAL NAS DIFERENTES PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DENTRO DA GEOGRAFIA

ANA DELISE CLAICH CASSOL

ORIENTADOR: Morgana Domênica Hattge

Passo Fundo - RS

Durante muito tempo o ensino de Geografia esteve ligado à descrição da paisagem, não oferecendo condições para que o aluno pudesse compreender a realidade em suas múltiplas relações e perceber-se como ser atuante e transformador dessa realidade. O saber geográfico era alheio ao aluno. Por essa razão, o ensino de geografia esteve muitas vezes subjugado a patamares de menor importância. A realidade do educando não era levada em consideração no planejamento escolar. Ao passar dos anos a Geografia vem passando por profundas transformações e já se insere no mundo da inclusão, onde alunos com Necessidades Educativas Especiais têm oportunidades de participar das descobertas proporcionadas por essa disciplina. Assim estabelece-se uma nova relação entre a sociedade, o trabalho e a natureza na produção do espaço geográfico, pois, atualmente, a geografia está vinculada a outros campos do saber com um caráter interdisciplinar que é dado ao seu encaminhamento pedagógico, tornando possível incluir alunos com Necessidades Educativas Especiais com o fazer geográfico. O objetivo deste trabalho é o de refletir sobre a Inclusão de educandos com Necessidades Educativas Especiais nas diferentes práticas pedagógicas e ficou evidente ao concluir a pesquisa que a geografia está muito além dos livros didáticos, esta no dia-a-dia do cidadão, nas tarefas do cotidiano do professor, na vivência do aluno na sociedade local e cultural.

Palavras Chave: Geografia – Inclusão – Interdisciplinaridade.

SUMÁRIO

RESUMO.....	1
1. APRESENTAÇÃO	3
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO.....	5
3 TRAJETÓRIA DA INCLUSÃO	6
3.1-BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DE GEOGRAFIA.....	8
3.2 GEOGRAFIA E INCLUSÃO	12
3.2.1 Trabalho de Campo.....	13
3.2.2 Aulas na Cozinha	14
3.2.3 Aulas no Mato Sentado no Gramado	15
3.2.4 Recriando Ambiente	16
3.2.5 Jornal Televisivo.....	16
3.2.6 Histórias em Quadrinhos	16
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:	18
5. REFERÊNCIAS:	19

1. APRESENTAÇÃO

Esse artigo pretende refletir sobre a Inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais nas diferentes práticas pedagógicas, tendo como referencial a disciplina de Geografia. Tem como objetivo principal propor uma forma de trabalhar a geografia contemplando e incentivando a participação de alunos com necessidades especiais.

Portanto, pretende-se incluir os alunos através do ensino da geografia, promovendo integração sala de aula – turma - professor, adaptando-os às suas necessidades e como ser integrante e participativo do processo educativo.

A inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais na escola regular apresenta diversos problemas relativos à série de adequações e transformações espaciais, metodológicas, atitudinais, conceituais e valorativas necessárias para que haja a possibilidade de inclusão educativa desses alunos.

No Brasil, apesar dos evidentes esforços e avanços, determinados aspectos ainda são complexos no tocante à realidade educativa desses cidadãos, sendo que, a produção de conhecimento apresenta-se como condição fundamental e indissociável para a instauração de processos educativos inclusivos de qualidade social para os alunos com necessidades especiais.

A escola rouba o direito ao prazer transformando a criança em aluno. Sugere-se, em contrapartida, a introdução do prazer nas escolas, as quais devem ouvir os desejos dos alunos, desenvolvendo uma educação com base na felicidade e na alegria na expectativa que esses elementos, ao atuar sobre a auto-estima do aluno com necessidades especiais, proporcione a ele uma espécie de auto-aceitação que contribuiria para a sua aceitação social. É exatamente aí que entra uma escola onde se conheça com que se trabalha. A Geografia é uma ciência muito importante, pois permite ao homem compreender melhor o planeta em que vive. Jamais poderá ser uma disciplina estanque.

A falta de atenção e de disponibilidade no aprendizado fez repensar a prática dentro da sala de aula reconhecendo que o tédio de uma aula está justamente na falta de oportunidade em aprender. E esta oportunidade somente será oferecida pelo professor. As práticas pedagógicas devem ser substituídas pelo

trabalho em campo, aulas na cozinha, no riacho, no mato, sentados no gramado, recriando ambientes, criando espaços de novidades e curiosidades.

A concepção de sociedade inclusiva exige novas tendências da Educação apresentando muitas propostas de avanço em direção à construção de uma concepção de cidadania voltada ao desenvolvimento pleno da pessoa, seu preparo para o exercício dessa cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na época em que se vive onde a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais é cada dia mais uma realidade nas escolas, como o professor pode incluir esses alunos em todos os campos do conhecimento? Como incluir esses alunos através do ensino da geografia?

Por ser a Geografia uma ciência social, permite construir valores para a vida em sociedade, pois, na geografia, tal qual em outras ciências, tudo deve ter um ponto de partida, ou seja, o ser humano, experimentando, mensurando, convencionando e adaptando as ciências nas ações humanas e vice-versa.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa científica é fator essencial na mudança de atitudes e na busca de formas mais efetivas para a inserção social de todos, o que contempla também o aluno com necessidades educativas especiais, daí a necessidade de reflexão e avaliação contínua desta produção a fim de contribuir com a sua melhoria qualitativa.

A presente pesquisa se fundamentou na pesquisa bibliográfica, tendo com fonte autores que se dedicaram ao tema inclusão. Procurou-se, no presente estudo, estabelecer uma relação entre esse referencial teórico a partir das leituras propostas no curso de especialização e a prática como professora nas séries finais do Ensino Fundamental em uma escola pública.

Um foco importante dessas reflexões é minha atuação junto a alunos com necessidades educativas especiais. Pois, sempre busquei a forma inovadora de ensinar, buscando paradigmas que realmente efetivassem a inclusão, tendo como material de trabalho os espaços físicos da escola, fora da sala de aula, como: pátio, árvores, mata e a cozinha ao preparar com os alunos os pratos típicos de regiões do Brasil e após explorar mapas de localização das regiões, os costumes, etc.

3 TRAJETÓRIA DA INCLUSÃO

O Governo Federal, através do MEC, desde o final do século passado, vem tentando desenvolver projetos, programas e ações, que efetivem a inclusão de indivíduos com necessidades educativas especiais no mercado de trabalho, na escola e na vida cotidiana da sociedade de maneira geral. Surgem Leis específicas garantindo o direito desses brasileiros a uma educação inclusiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20/12/1996, trata, especificamente, no Capítulo V, da Educação Inclusiva, definida como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, ela perpassa todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior.

A Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 53 diz que: a criança e o adolescente com deficiência têm direitos ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino; dentre outras leis, ações, programas e projetos estabelecidos pelo Governo Federal com o propósito de incluírem essa parcela da população brasileira na escola.

Gomes (2009) comenta que o debate se tornou acirrado sendo o ensino especial alvo de críticas pois, uma grande parcela da sociedade entende que essa modalidade de ensino não promove o convívio entre alunos especiais e os demais alunos, e outro rebatem ao dizer que não existe condições de o professor atender clientela distintas em uma sala de aula regular.

Apesar do reconhecimento que a escola direcionada para a educação especial conta com materiais, equipamentos e professores especializados, que poderiam tornar o ensino mais específico e talvez mais eficaz, por possuir objetivos voltados para um público homogêneo. Mas, essa modalidade de educação corre o risco de criar um ambiente alheio à realidade do mundo existente fora dos domínios da escola e, dessa forma, não contribuir para a inserção crianças com necessidades especiais na sociedade.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007, p.13), tem como objetivo “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir”.

O Plano Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007, p.13) visa garantir aos alunos com Necessidades Educativas Especiais:

- Acesso com participação e aprendizagem no ensino comum;
- Oferta do atendimento educacional especializado;
- Continuidade de estudos e acesso aos níveis mais elevados de ensino;
- Promoção da acessibilidade universal;
- Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- Formação dos profissionais da educação e comunidade escolar;
- Transversalidade da modalidade de ensino especial desde a educação infantil até a educação superior; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Conforme relata Gomes (2009, p.32):

A aceitação da diversidade exige o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada. A escola de hoje confronta-se com uma grande heterogeneidade social e cultural. Esta realidade implica uma outra concepção de organização escolar, que ultrapasse a via da uniformidade e que reconheça o direito à diferença. É preciso (e urgente) agir ao nível das práticas pedagógicas, das estruturas e organizações das escolas.

Nesse contexto as disciplinas, partes do currículo, não podem permanecer estanques, sem conexão com as demais disciplinas e com a realidade social, existe a necessidade de novos conceitos, novos paradigmas que realmente efetivem o processo de inclusão, não de uma forma parcial, deixando apenas para as disciplinas mais retóricas.

Conforme o O Plano Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007, p.13):

A concepção de currículo dinâmico e flexível estruturado de modo a favorecer a aprendizagem de todos os alunos e superar a lógica de

adaptações pressupõe uma proposta curricular construída na perspectiva de viabilizar a articulação dos conhecimentos do ensino especial e do ensino comum, que promova a ampliação dos conhecimentos e experiências de vida e a valorização dos percursos de aprendizagem.

Entende-se que a Geografia é um importante caminho que contribui para que se compreenda como se estabelecem as relações nas suas diversas dimensões, pois na sua qualidade de estudo da sociedade e suas modificação através dos tempos, esta inserida nas mudanças que ocorrem na área educacional.

3.1-BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DE GEOGRAFIA

A idéia de Geografia, conforme a concepção acadêmica passou por diferentes momentos, promovendo inúmeras reflexões acerca dos objetos e métodos do fazer geográfico. Essas reflexões influenciaram, “e ainda influenciam muitas das práticas de ensino, pois a história do pensamento Geográfico mostra-se de várias posições existentes em relação ao objeto de estudo” (PINA, 2003, p.39).

Pina (2003) relata que no Brasil, a renovação começou na década de setenta, estando ligada à crise que atingiu todas as ciências desde o período pós-guerra. No processo de descoberta da geografia surgiram alguns problemas, dentre estes se podem destacar: elaboração de conceitos que justifique sua cientificidade; (re) definição do objeto de estudo e que o geógrafo seja capaz de (re) organizar e desvelar o espaço e suas relações-contextualização.

Conforme Abreu, (2002, apud PCNs, 1998), as primeiras tendências da Geografia no Brasil nasceram com a fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e do Departamento de Geografia, quando, a partir da década de 40, a disciplina Geografia passou a ser ensinada por professores licenciados, com forte influência da escola francesa de Vidal de La Blanche. Foi essa escola que imprimiu ao pensamento geográfico o mito da ciência asséptica, não-politizada, com o argumento da neutralidade do discurso científico. Tinha como meta abordar as relações do homem com a natureza de forma objetiva, buscando a formulação de leis gerais de interpretação.

Os PCNs (1998) ainda esclarecem que essa tendência da Geografia e as correntes que dela se desdobraram foram sendo reconhecidas como Geografia

Tradicional, que apesar de valorizar o papel do homem como sujeito histórico, propunha-se, na análise da produção do espaço geográfico, estudar a relação homem-natureza sem dar prioridade às relações sociais. Dessa forma, estudava-se a população, mas não a sociedade; os estabelecimentos humanos, mas não as relações sociais; as técnicas e os instrumentos de trabalho, mas não o processo de produção.

Ou seja, não se discutiam as relações intrínsecas à sociedade, as características socioculturais das localidades, com toda a sua diversidade, características que diferenciam de outros grupos, retirando assim o homem de seu caráter social. Era baseada, de forma significativa, em estudos empíricos, articulada de forma fragmentada com vários conceitos que procuravam explicar os fatos isoladamente do todo, se dedicava mais ao estudo de paisagens sem a consideração do material humano. Os procedimentos didáticos adotados promoviam principalmente a descrição e a memorização dos elementos que compõem as paisagens sem, contudo, esperar que os alunos estabelecessem relações, analogias ou generalizações (PCNs, 1998).

O que se pretendia segundo Abreu (2000), era ensinar uma Geografia neutra que atingisse a todos com o mesmo nível de informação. Essa perspectiva marcou também a produção dos livros didáticos até meados da década de 70 e, mesmo hoje em dia, muitos ainda apresentam em seu corpo idéias, interpretações ou até mesmo expectativas de aprendizagem defendidas pela Geografia Tradicional, com as informações fora de contexto do aluno.

No pós-guerra, a realidade tornou-se mais complexa, o desenvolvimento do capitalismo afastou-se cada vez mais da fase concorrencial e penetrou na fase monopolista do grande capital; a urbanização acentuou-se e megalópoles começaram a se constituir; o espaço agrário sofreu as modificações estruturais comandadas pela Revolução Verde, em função da industrialização e da mecanização das atividades agrícolas em várias partes do mundo; as realidades locais passaram a estar articuladas em uma rede de escala mundial, onde cada lugar deixou de explicar-se por si mesmo (PCNs, 1998).

Conforme os PCNs (1998, p.49):

Os métodos e as teorias da Geografia Tradicional tornaram-se insuficientes para apreender essa complexidade e, principalmente, para explicá-la. Para

estudar o espaço geográfico globalizado, começou-se a recorrer às tecnologias aeroespaciais, tais como o sensoriamento remoto, as fotos de satélite e o computador como articulador de massa de dados: surgem os SIG (Sistemas Geográficos de Informações).

Os PCNs (1998) ainda relatam que a partir dos anos 60, sob inspiração das teorias marxistas, acontece um movimento com uma tendência crítica à Geografia Tradicional, tendo como ênfase as relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza na produção do espaço geográfico. “Essa nova perspectiva considera que não basta explicar o mundo, é preciso transformá-lo” (PCNs, 1998, p.50). Nesse contexto a Geografia passa a abranger conteúdos políticos que são importantes para a formação do cidadão.

Com as transformações ocorridas a Geografia passou a ter uma grande influência na formação do cidadão, sendo um avanço muito grande para o ensino, pois, essa perspectiva proporcionou que se pudessem interpretar os vários temas geográficos de uma forma mais unânime e completa, tendo uma noção mais abrangente de espaço geográfico, território e paisagem, e a partir dos anos 80 passou a influenciar uma série de propostas curriculares voltadas para o segmento de quinta a oitava séries (PCNs, 1998).

Conforme os PCNs (1998, p.55):

Essas propostas, no entanto, foram centradas em questões referentes a explicações econômicas e a relações de trabalho que se mostraram, no geral, inadequadas para os alunos dessa etapa da escolaridade, devido a sua complexidade. Além disso, a prática da maioria dos professores e de muitos livros didáticos conservou a linha tradicional, descritiva e descontextualizada herdada da Geografia Tradicional, mesmo quando o enfoque dos assuntos estudados era marcado pela Geografia Marxista.

A esse respeito relata Santos (2006) que nos anos 1970-1980, o debate na Geografia avançou. Iniciaram-se renovações na postura, linguagem e propostas, necessárias para que se pudesse refletir sobre a realidade, a sociedade e a dinâmica do espaço ao qual pertence esta realidade. “A crítica volta-se para a despolitização ideológica que existia no discurso da Geografia” (p.64).

Uma das características fundamentais da produção acadêmica da Geografia desta última década é justamente a definição de abordagens que considerem as dimensões significativas que os homens em sociedade estabelecem com a natureza, os quais são experiências individuais marcadas pela cultura na qual se encontram

inseridas e resultam em diferentes percepções do espaço geográfico e sua construção.

Portanto, na percepção de Andrade (2000) é a busca de explicações mais plurais, que promovem a interseção da Geografia com outros campos do saber. Uma Geografia que não seja apenas centrada na descrição empírica das paisagens, tampouco pautada exclusivamente na interpretação política e econômica do mundo; que trabalhe tanto as relações socioculturais da paisagem como os elementos físicos e biológicos que dela fazem parte, investigando as múltiplas interações entre eles estabelecidas na constituição de um espaço: o espaço geográfico.

Andrade (2000) relata que o principal livro de Ratzel, publicado em 1882, denomina-se Antropogeografia- fundamentos da aplicação da Geografia à História pode-se dizer que esta obra está fundamentada na Geografia Humana. Nela, Ratzel definiu o objeto Geográfico como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade.

Segundo Andrade (2000, p.55):

Ratzel tornou-se famoso por haver dado ênfase ao homem na sua formulação Geográfica. Dedicando-se às ciências naturais, sobretudo à astronomia, encarou o homem como uma espécie animal e não como um elemento social, tentando explicar a evolução da humanidade dentro dos postulados de Darwin. Na sua teoria política as nações de espaço e de posição têm a maior importância. O processo ou decadência de um estado dependeria de sua capacidade de expansão. Daí se desenvolveria a idéia de espaço vital tão usada por Hitler.

As sucessivas mudanças e debates em torno do objeto e método da Geografia como ciência, presentes no meio acadêmico, teve repercussões diversas no ensino fundamental servindo de estímulo para a inovação e a produção de novos modelos didáticos, que marcaram um novo caminho, no campo de material visual e temas diversificados, abordando a realidade da situação do planeta em todos os aspectos.

Portanto, o ensino de Geografia pode levar os alunos a compreenderem de forma mais ampla a realidade, possibilitando que nela interfiram de maneira mais consciente e propositiva.

Andrade (2000) relata que após a Segunda Guerra Mundial, as mudanças na análise da realidade não se limitaram apenas a fazer com que a Geografia saísse da universidade, mas provocaram uma reflexão sobre a natureza da geografia,

reformulando seus princípios científicos e filosóficos. À medida que as relações capitalistas se alteraram, influenciando também as relações sociais, principalmente no período pós- Segunda Guerra Mundial, alguns geógrafos começaram a percorrer outros caminhos, mudando suas análises da realidade.

No Brasil, a partir da década de 1950, várias obras, como *A Geografia da Fome*, de Josué de Castro, contribuíram para a reflexão sobre a sociedade e suas contradições.

A Geografia Crítica renova-se a partir do momento em que se concentra na análise da realidade, considerando as contradições existentes nela, ou não, assim, o espaço geográfico passa a ser o objeto de estudo da geografia. Com base nessas percepções, pode-se remeter a reflexões a respeito da preocupação com a questão física (natural) e a social, não apenas como papel de interesse do geográfico, mas, sobretudo, com os cidadãos em geral, pois são dois elementos fundamentais dos quais a humanidade muito depende.

Segundo Wettstein (1993, p.26):

(...) e hoje em dia, graças aos meios de comunicação social que os países do Terceiro Mundo vão libertando da alienação, vem ocorrendo centenas de experiências muito variadas, parcial ou totalmente bem - sucedidas, demonstrando como e para que seja imprescindível assumir o espaço em que vivemos, para convertê-lo em espaço-nação.

As mudanças e as reflexões que ocorreram no pensamento geográfico trouxeram uma discussão sobre os novos rumos da geografia e assim impõe a necessidade de rever o ensino dessa disciplina que não pode ficar a parte no processo de inclusão, pois a Geografia se renovou, tomando nova forma de ver e tratar os conceitos que fazem parte do cotidiano social, fundamentando-se em novas correntes de pensamento geográficos sem abandonar as contribuições da geografia tradicional ou geografia teórica-quantitativa de cunho positivista e, da geografia crítica alicerçada nos paradigmas no materialismo histórico-dialético.

3.2 GEOGRAFIA E INCLUSÃO

Conforme esclarece Montoan (2002) o processo de inclusão de alunos com deficiências, no ensino regular exige uma reflexão sobre novos paradigmas no sistema educacional, onde promove um novo olhar sobre uma nova concepção do

ato de ensinar e aprender, ou seja, compreender e fazer educação de uma forma inovadora e integradora.

Montoan (2002) se refere à necessidade de uma escola livre de preconceitos, que realmente valorize a interação entre diferenças promovendo a construção do conhecimento. Nesse contexto os conteúdos devem contemplar à realidade do aluno, sua cultura, seus laços afetivos e sua identidade, pois não se podem ignorar as diferentes realidades de nossos alunos, tanto sociais como de aprendizagem, sendo que cada vez mais alunos com necessidades educativas especiais procuram as escolas regulares para sua formação.

Verifica-se, através da prática pedagógica, que há muitas dificuldades tanto dos discentes quanto dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino e aprendizagem de geografia. Estas, no caso dos professores, na medida em que o aprofundamento teórico-conceitual sobre educação inclusiva não se realiza de modo efetivo em sua formação inicial, é provável que tenham dificuldades em demonstrar compreensão de conceitos e linguagens específicas da ciência geográfica.

Mas o que se deve considerar é que existem vários meios de se ensinar geografia, como as aulas ao ar livre, observando paisagens, diferenciando a vegetação, solo, etc. que além de promover a integração dos alunos proporcionam oportunidade de inclusão onde todos vão descobrir da mesma forma.

Outra atividade é aproveitar os espaços da escola, que ao além da sala de aula, como a cozinha, pátio, laboratórios.

3.2.1 Trabalho de Campo

O trabalho de campo utiliza a metodologia do empirismo para obter seus resultados, e é a partir da observação que se percebe a principal contribuição do trabalho de campo no estudo da Geografia: a consciência de que tudo é formado a partir da relação de interdependência entre os organismos.

Desta forma a Geografia deixa de ser vista como uma disciplina pré determinada e estanque, que se preocupa somente em descrever as formas do relevo, os nomes de rios e etc. E sim como uma forma de se entender as influências

que o relevo de certa região tem sobre uma determinada sociedade ou a importância de determinado curso de água para uma população.

Portanto, o trabalho de campo, além de facilitar a visualização, observação e assimilação de conceitos expostos de forma didática, nos fortalece a idéia de que o seu estudo é muito importante para o entendimento de vários fatores sociais além de conceber de forma mais ampla, como um instrumento de análise geográfica que permite o educando reconhecer palpavelmente o objeto estudado partindo do real.

Cavalcanti (2002, p.30) relata:

Do ponto de vista das crianças, "o meio" é toda aquela realidade, física, biológica, humana, que as rodeia, à qual se ligam de uma maneira direta através da experiência e com a qual estão em intercâmbio permanente. Não se pode, portanto, precisar os limites do meio porque à medida que a criança cresce, seus relacionamentos com a realidade que a rodeia se tornam "imperiosos"... O meio cada vez é mais amplo, se estende: meu quintal, minha rua, meu bairro, meu lugarejo, os arredores do meu lugarejo.

A partir do prático faz com que o educando, após as observações, pense como se deve, a partir daquele momento, mudar a concepção e tratamento do que está sendo explorado.

Este explorar, pesquisar feito pelo educando faz com que o ser crítico desperte e construa seus conhecimentos. Como experiência nas atividades educacionais se relata alguns tópicos que mostraram grande motivação e interesse dos alunos.

3.2.2 Aulas na Cozinha

A sala de aula não pode ser o limite da Geografia, nem para o professor, muito menos ao educando. O mundo que se quer mostrar é o do lado de fora de quatro paredes. É o concreto, é o real, partindo de seu meio, da sua realidade. Didaticamente é muito bonito falar em "realidade do aluno" e continuar enquadrada em uma sala de aula, e falar de mundo. Que mundo? Aquele que o educando conhece? Sua vila, sua rua e quando muito o centro da cidade.

A busca pelo meio que o educando conhece é uma maneira de motivá-lo a sair do marasmo e a identificar a Geografia como canal de construção de

conhecimentos. A cozinha é um referencial, é uma nova visão, outro enfoque é uma maneira mais crítica e real de construção de conhecimentos.

No momento em que se faz um prato típico se fala de onde veio o tipo de alimento e direciona a aula para o estudo da região de origem. Com certeza, e com experiência já comprovada, a atenção é geral.

3.2.3 Aulas no Mato Sentado no Gramado

A utilização do livro didático é marca do ensino tradicional, pois este era produzido e utilizado de acordo com o interesse das classes dominantes, sendo que, o que era abordado não contribuía para inserção do aluno na realidade. Era através do livro que se direcionava o pensamento: abrir o livro na página tal, ler, resumir e responder o questionário.

Essa maneira de “ensinar” se difundiu e deixou resquícios que podem ser evidenciados até os dias atuais. Mudar essa realidade requer muito estudo e preparo do professor para sair do padrão estipulado nos livros didáticos que, muitas vezes, apresentam realidades diferenciadas do lugar onde os alunos vivem.

Utilizando o pensamento de Antonio Carlos Castrogiovanni (2007, p.44) evidencia-se que:

Para que esta mudança ocorra os professores e a instituição da escola, na sua complexidade, devem estar comprometidos com o que chamamos de “fazer sociedade com cidadania”. A escola deve provocar o educando para conhecer e conquistar o seu lugar no mundo em uma teia de justiça social. Parece ser simples, mas não é, no mínimo, desafiador, como toda prática pedagógica.

Se perguntar ao educando o que é Geografia, dificilmente ele terá uma visão e resposta onde apareça a compreensão da paisagem natural ou humanizada. O limite é a sala de aula e esta incapacidade de ver o mundo deve-se ao professor que não possibilita a busca de outra visão de mundo, mesmo que sentado num gramado ou mesmo num campo de futebol, num mato, a beira de um riacho.

Levar o educando a um novo cenário faz com que ele veja o mundo, mesmo que pequeno, de outra forma. Ele tem que viver o conteúdo de forma diferenciada. Tirar as amarras da monotonia e fazê-lo pensar, criticar e construir.

3.2.4 Recriando Ambiente

Quando a sala de aula se torna menos interessantes que as novelas da Globo, deve-se parar e repensar as práticas, ou pelo menos encontrar uma maneira para que a concorrência seja leal e nivelada.

Momento em que não se tem os recursos que a maior emissora de televisão do Brasil tem, deve-se ao menos se aliar com a mesma. Tê-la como aliada ajuda muito na geografia. Como exemplo claro: Todos os dias os educandos chegam à sala de aula com palavras novas, gírias, e termos indianos os quais são aprendidos na novela “Caminho das Índias” – Como aproveitar tal empolgação dentro das aulas? Desenvolvendo uma aula indiana. Com tudo o que se tem direito e condições, aproveitando a riquíssima cultura indiana, como: músicas, tecidos para imitar um saree indiano, braceletes e pulseiras, enfeites e pinturas de rosto, etc.

Recriando um ambiente indiano se consegue conhecer a Índia, sua cultura, seus deuses, a simbologia, o rio Ganges e as palavras mais usadas na novela. Após o outro lado da Índia: a pobreza, as desigualdades, a poluição do rio Ganges e o subdesenvolvimento de um país onde a televisão não mostra.

3.2.5 Jornal Televisivo

Está técnica faz com que a timidez seja trabalhada, a dicção seja melhorada e a procura por notícias no rádio, televisão e jornais seja um hábito na vida dos mesmos. O educando terá que enfrentar um “esqueleto” de televisor e apresentar-se perante os colegas como apresentador de telejornal.

3.2.6 Histórias em Quadrinhos

A história em quadrinhos é muito interessante quando bem trabalhada pelo professor. Pois assim como desperta o prazer de ler, trás a informação e estimula a criação de outras histórias, onde muitas vezes o aluno se coloca como personagem, materializa seu cotidiano e extravasa suas angústias. A representação dos primórdios se transforma em exímias obras de antes no desenho e pintura. Assim

como a aventura de entrar em uma máquina do tempo e voltar para a Era Terciária e ter que sobreviver uma semana no ambiente do início da história do homem moderno no sentido biológico e cultural e do tempo histórico. A imaginação alça asas inimagináveis, onde a aventura de viver o período se torna uma explosão de idéias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao finalizar este trabalho, pode-se perceber que a Geografia possui papel singular, porque procura o desenvolvimento do aluno através de uma visão de totalidade da sociedade e ainda, possibilita a percepção de que a apropriação da natureza se dá pelo processo de interação entre o ser humano e o meio em que vive. Se apossar da realidade em que vive é o desafio do aluno incluído em classe regular.

A sociedade de hoje não pode mais excluir ou fechar os olhos para uma realidade existente, pois todas as pessoas precisam ser incluídas à sociedade, para poderem exercer sua cidadania plena.

Considera-se, portanto, que o professor não deve portar-se como um mero espectador das condições que lhe são apresentadas, ou um mero técnico capaz de recitar definições, teoremas ou simplesmente regras contidas nos materiais didáticos que estão ao alcance dos alunos, pois a inclusão se efetiva com a participação e comprometimento de todos os envolvidos.

Não se pode negar que para que o ensino de Geografia possa ser aliado da inclusão é necessário o comprometimento do professor e apoio da equipe diretiva, pois nem sempre a escola é aberta a inovação. A criatividade é o elemento principal que faz um elo com o saber geográfico, pois os alunos com necessidades especiais precisam estar interessados e assim, ser conquistados a cada passo. É uma troca de afeto e saber, entre todos os envolvidos. E a Geografia é um campo enorme a ser explorado.

A experiência como professora de Geografia e tendo alunos com necessidades educativas especiais, me revelou um novo mundo, onde passamos a vivenciar a plenitude de um educador, o ensinar com amor, pois quando nos damos conta estamos vivendo a inclusão, com garra, com vontade de superar as barreiras impostas pela nossa limitação, pois quando não conseguimos entender um aluno porque ele não fala, não ouve, não vê, ou não se relaciona, o limite esta em nós.

Por isso sugiro aos professores, vamos nos incluir nesse mundo, mostrar o mundo geográfico além dos limites didáticos, das receitas prontas. Um mundo novo que esta na sala, no pátio, na receita de bolo.

5. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, E. O. C. de A. **Leitura e surdez: Um estudo com adultos não oralizados.** Rio de Janeiro : Revinter, 2000.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste,** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial.** Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2007.

BUSQUETS, Maria Dolors et al. **Temas transversais em educação: bases para uma formação integral.** Trad. Cláudia Schinling. São Paulo: Ática, 2000.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de geografia na pós-modernidade.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino: Geografia escolar e procedimentos de ensino numa perspectiva socioconstrutivista.** Goiânia, Alternativa, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GOMES , Márcio. **Construindo Trilhas para a Inclusão.** São Paulo: Vozes, 2009.

MANTOAN, M. T. É. **A integração de pessoas com deficiências.** São Paulo: Memno 1997.

NOGUEIRA, Nilbo R. **Pedagogia de projetos: uma jornada rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências.** São Paulo: Erica, 2001.

PINA, Maria. F. R. P.. **Conceitos básicos de Sistemas de Informações Geográficas e Cartografia aplicados à saúde.** OPAS: Brasília, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 6 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão dá trabalho**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000.

SILVA, Ana B.. **Mentes Inquietas**. São Paulo: Gente, 2002. 224p.

VYGOTSKY, Levi S.**A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WETTSTEIN, Querman. **Subdesenvolvimento e Geografia**. São Paulo. Contexto, 1993.

WINNER, Ellen.**Crianças superdotadas, Mitos e realidade**. Porto Alegre: Artes médicas,1998.

